

Ata n.º 9/2016

do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No dia 25 de Maio, pelas 15h35, teve início a reunião do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor José Duarte Nogueira e secretariada pela Professora Elsa Dias Oliveira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Acta da sessão anterior.
2. Pessoal.
3. Mestrados e doutoramentos.
4. Biblioteca.
5. Unidades Administrativas Técnico-Científicas.
6. Concurso para Professor Auxiliar.
7. Curso de Estudos Europeus.
8. Projeto *Multinational Cyber Defense*.
9. Cooperação jurídica.
10. Relações internacionais.
11. Outros assuntos.
12. Informações.

Estiveram presentes, para além do Presidente, os Professores António Menezes Cordeiro, Maria Fernanda Palma, Pedro Pais de Vasconcelos, Dário Moura Vicente (que seria substituído cerca das 16h00 pela Professora Margarida Silva Pereira), Maria do Rosário Palma Ramalho, Manuel Januário da Costa Gomes (que seria substituído às 16h30 pelo Professor José de Melo Alexandrino), Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Jorge Duarte Pinheiro, Ana Paula Dourado, Margarida Salema, David Duarte, Fernando Loureiro Bastos, Jaime Valle, Nuno Cunha Rodrigues, Gustavo Courinha, Miriam Afonso Brigas, Ana Gouveia Martins e Maria de Lurdes Pereira. Estavam ainda presentes o Diretor da Faculdade, Professor Pedro Romano Martinez e o representante dos Assistentes, o Mestre Francisco Paes Marques.

✓
B

O Professor Miguel Teixeira de Sousa foi substituído pelo Professor Pedro Albuquerque, o Professor Fernando Araújo foi substituído pela Professora Elsa Dias Oliveira e a Professora Helena Morão foi substituída pelo Professor Daniel Morais.

O Professor Vasco Pereira da Silva justificou a sua ausência por estar no estrangeiro no âmbito das atividades do Gabinete Erasmus.

1. Ponto 1 da O.T.

A ata da sessão do Conselho Científico de 5 de Maio de 2016 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2. Ponto 2 da O.T.

Foi dado conhecimento ao Conselho do pedido de acumulação de funções docentes com as de Consultor do Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros, apresentado por Gonçalo Ferreira Gomes Margalho Carrilho. O Conselho entendeu por unanimidade, nada ter a opor, na condição de daí não resultar prejuízo para o serviço docente na Faculdade.

3. Ponto 3 da O.T.

3.1. No que concerne a Mestrados:

a) O Conselho aprovou por unanimidade um conjunto de pedidos de alteração de tema de dissertação de Mestrado, apresentados respetivamente por Pedro Tiago Silva Ferreira, Lília Nascimento Portugal, Mariana Assunção de Moraes, Sara Isabel de Araújo Pata e Filipa Andreia Cristóvão Ferreira, conforme indicado no doc. 1 em anexo.

b) O Conselho aprovou por unanimidade o pedido de alteração de orientador de Mestrado apresentado por Pedro Tiago Silva Ferreira, conforme indicado no documento 2 em anexo;

c) O Conselho aprovou por unanimidade o pedido de nomeação de coorientador de Mestrado apresentado por Cláudia Sofia Lopes Bergeron e Abreu, conforme indicado no documento 3 em anexo.

d) O Conselho aprovou por unanimidade os temas de dissertação de Mestrado Científico e os respetivos Professores Orientadores, dos mestrandos que concluíram a parte escolar no segundo semestre do ano letivo de 2014/2015, conforme indicado no

documento 4 em anexo.

e) O Professor Dário Moura Vicente deu conta ao Conselho de que tinha tido início no dia 23 de Maio de 2016 o primeiro módulo do I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas e do I Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Civis, realizados em colaboração entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro em Cabinda, cujos programas haviam sido distribuídos. O Conselho aprovou os referidos Cursos por unanimidade (documento 5 em anexo).

f) A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho manifestou a sua perplexidade pelo facto de os cursos de Mestrado da Faculdade não constarem do Guia do Estudante recentemente publicado no jornal Expresso, pelas potenciais implicações. Sobre o assunto, o Professor Pedro Romano Martinez referiu que tal sucedera por, à data em que era necessário dispor da informação a enviar para o jornal, os Grupos ainda não terem definido os cursos que iram abrir, não obstante a urgência com que pedira a definição. Decorreu em seguida uma troca de impressões sobre o assunto, intervindo os Professores Manuel Januário da Costa Gomes, Jaime Valle, Carlos Blanco de Moraes, Ana Gouveia Martins, António Menezes Cordeiro, Maria João Estorninho e Maria Fernanda Palma. Os diversos Grupos comprometeram-se a tratar a matéria com a máxima celeridade.

3.2. No que concerne a Doutoramentos:

a) O Conselho aprovou por unanimidade a proposta de alteração do júri de Doutoramento em Direito na especialidade em Ciências Jurídico-Políticas, de Mafalda Luísa Ramos Carmona, conforme indicado no documento 6 em anexo;

b) O Conselho aprovou por unanimidade os pedidos de prorrogação do prazo da entrega da tese de doutoramento, apresentados por Mariana Vannucci Vasconcelos, Susana Máximo Vacas, Álvaro Roberto Anta Vinicius Fernandes, Izabel Cristina da Silva Sampaio e Jorge Miguel Polido Pação, conforme indicado no documento 7 em anexo.

c) O Conselho aprovou por unanimidade o pedido de retificação do lapso, cometido por Tiago Prata Antunes Soares da Fonseca no requerimento de alteração do título da tese de doutoramento, corrigindo-se o título para “A transação civil na litigância judicial e extrajudicial”.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

d) O Conselho aprovou por unanimidade a conclusão do Curso de Pós-Doutoramento de Dirley da Cunha Júnior, com a classificação proposta pelo Professor Jorge Miranda de “Muito Bom”, conforme documento 8 em anexo.

4. Ponto 4 da O.T.

O Presidente, na sequência do adiamento do assunto na anterior reunião do Conselho, reiterou que o Professor António Pedro Barbas Homem tinha mostrado disponibilidade para assumir o cargo de Professor Bibliotecário, pelo que propunha a sua eleição para o cargo.

Intervindo sobre o assunto, o Professor Jorge Duarte Pinheiro fez notar que, apesar de por inquestionável o perfil do candidato ao cargo, considerava ser adequado conhecer primeiro o programa que pretendia desenvolver. Entendia assim que talvez fizesse sentido proceder à eleição depois da apresentação das linhas orientadoras pelo candidato, pelo que se deveria aguardar. Pronunciaram-se em seguida os Professores Pedro Pais de Vasconcelos, Carlos Blanco de Moraes e António Menezes Cordeiro, considerando oportuna a realização imediata da eleição, tanto mais que o assunto já fora adiado na sessão anterior.

Na sequência das posições manifestadas, o Presidente colocou à votação a decisão de votar a eleição do Professor Bibliotecário na sessão em curso, ou de a adiar para sessão ulterior, tendo sido aprovada por 18 votos a favor e 3 abstenções a realização da eleição na sessão em curso. Procedeu-se em seguida, por escrutínio secreto, à votação da proposta de eleição do Professor António Pedro Barbas Homem para Professor Bibliotecário, tendo sido aprovada com 18 votos a favor e 3 votos em branco. O professor Jorge Duarte Pinheiro ausentou-se nesta altura por motivo de docência.

5. Ponto 5 da O.T.

O Presidente deu conta ao Conselho de que o Professor Luís de Lima Pinheiro, Presidente do CARL, havia solicitado ao Conselho a eleição do Professor Lourenço Vilhena de Freitas para Vice-Presidente do CARL, o qual mostrara disponibilidade. O Conselho aprovou por unanimidade a eleição do Professor Lourenço Vilhena de Freitas para o referido cargo.

6. Ponto 6 da O.T.

No que respeita ao concurso para Professor Auxiliar, o Professor Nuno Cunha Rodrigues, em nome do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas propôs que o júri para o concurso do seu Grupo fosse composto pelos Professores Eduardo Paz Ferreira, Fernando Araújo, Vasco Pereira da Silva, Manuel Porto, Rui Moura Ramos, António Goucha Soares e Pedro Pita Barros. A proposta de composição foi aprovada por unanimidade.

7. Ponto 7 da O.T.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro regressou à reunião.

No que respeita ao Protocolo com a Faculdade de Letras relativo ao Curso de Estudos Europeus, a Professora Maria do Rosário Palma Ramalho pediu informações sobre o modo como o plano fora elaborado, por lhe parecer que algumas disciplinas jurídicas deveriam estar incluídas. Prestaram os esclarecimentos possíveis o Presidente do Conselho e os Professores Pedro Romano Martinez e Nuno Cunha Rodrigues, referindo o primeiro, em particular, o facto de a estrutura do curso remontar a 2015, sendo recebida pelo Conselho já na versão actual aprovada pela A3E's. Quanto aos aspectos relativos ao envolvimento dos docentes da Faculdade, guardava-se ainda uma resposta da Faculdade de Letras a questões colocadas na última reunião. Intervieram ainda sobre o assunto a Professora Margarida Salema e o Professor Jorge Duarte Pinheiro. Ficou definido que em próxima reunião do Conselho, depois de os conselheiros poderem estudar o texto com maior profundidade, seria decidida a orientação da Faculdade.

8. Ponto 8 da O.T.

A análise do Projeto *Multinational Cyber Defense* foi adiada para sessão ulterior, uma vez que o Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, designado pelo Director para estudar o assunto e vir ao Conselho expô-lo, não o podia fazer por se encontrar em Angola em serviço da Faculdade.

9. Ponto 9 da O.T.

No que concerne a matéria de Cooperação, por o único assunto em agenda ser o relativo ao Curso de Mestrado a lecionar em Cabinda, e este ter já sido tratado nesta

sessão no Ponto 3.1 e), nada mais foi agora tratado.

10. Ponto 10 da O.T.

No que concerne a Relações Internacionais, por o Professor Vasco Pereira da Silva se encontrar ausente no estrangeiro, nenhum assunto foi tratado.

11. Ponto 11 da O.T.

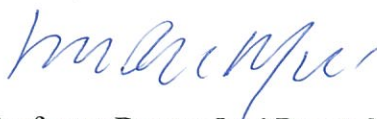
No que concerne a Outros Assuntos, a Professora Maria João Estorninho fez uma detalhada exposição sobre a intervenção da Faculdade no Curso de Pós-Graduação e no Curso de Doutoramento Conjunto, ambos a criar no âmbito do Colégio F3, Food, Farming e Forestry (documentos 9 e 10 em anexo), nos termos das propostas tempestivamente remetidas a seu pedido aos membros do Conselho. Ouvidas as exposições e debatido o assunto, foram as propostas colocadas à votação, sendo aprovadas por unanimidade, encontrando-se nesse momento já presente o Professor David Duarte.

12. Ponto 12 da O.T.

No que concerne a Informações, o Presidente deu conta ao Conselho de que o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas havia encarregado os Professores Rui Guerra da Fonseca e Raquel Brízida da indicação dos docentes colaboradores do Grupo nas provas de acesso ao CEJ.

13. Nada mais havendo a tratar, pelas 17h21 o Presidente deu por encerrada a sessão.

O Presidente do Conselho Científico



Professor Doutor José Duarte Nogueira



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Secretária do Conselho Científico

Elsa Dias Oliveira

Professor Doutora Elsa Dias Oliveira



Requerimentos

Reunião do Conselho Científico de 25 de maio de 2016

- Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
PEDRO TIAGO SILVA FERREIRA (n.º 17893) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: TEORIA DO DIREITO (2012-2013)	10.04.2016	Existe uma relação entre o princípio da legalidade e a segurança jurídica?	Os factos do Direito	Ver em Pedidos de alteração de orientador de Mestrado	Sim
LÍLIA NASCIMENTO PORTUGAL (n.º 20537) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO (2013-2014)	27.04.2016	As Parcerias Público-Privadas numa perspectiva luso-brasileira	A alocação dos riscos nas parcerias público-privadas: uma análise baseada nos ordenamentos jurídicos português e brasileiro	Prof.ª Doutora Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão	Sim
MARIANA ASSUNÇÃO DE MORAES (n.º 12346189) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS (2013-2014)	29.04.2016	A Vinculatividade dos Contratos Preliminares	Acordos pré-contratuais - Um estudo sobre seus efeitos jurídicos e sua relevância	Prof.ª Doutora Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Sim
SARA ISABEL DE ARAÚJO PATA (n.º 25316) - MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-FINANCEIRAS (2014-2015)	02.05.2016	Responsabilidade dos Técnicos Oficiais de Contas	Responsabilidade dos Contabilistas Certificados	Prof. Doutor Gustavo Andre Simoes Lopes Courinha	Sim



Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Tema da dissertação solicitado	Professor Orientador	Concordância / recomendação do Orientador
FILIPA ANDREIA CRISTÓVÃO FERREIRA (n.º 18124) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL (2012- 2013)	09.05.2016	As obrigações convertíveis em ações.	Os instrumentos financeiros de conversão contingente em ações	Prof. Doutor Manuel Januario Costa Gomes	Sim



- Pedidos de alteração de orientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Professor Orientador aprovado	Professor Orientador solicitado	Concordância / recomendação do Orientador
PEDRO TIAGO SILVA FERREIRA (n.º 17893) - MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: TEORIA DO DIREITO (2012-2013)	03.05.2016	Ver em Pedidos de alteração do tema de dissertação de Mestrado	Prof. Doutor José Artur Anes Duarte Nogueira	Prof.ª Doutora Susana Videira Antas	Sim



- Pedidos de nomeação de Coorientador de Mestrado

Identificação do Mestrando	Data do requerimento	Tema da dissertação aprovado	Professor Coorientador solicitado	Parecer do Orientador
CLÁUDIA SOFIA LOPES BERGERON E ABREU (n.º 25704) - MESTRADO EM DIREITO - JURÍDICO-EMPRESARIAIS (2014-2015)	18.05.2016	O Regime Jurídico das Companhias Aéreas com Atividade Comercial Regular e Não Regular	Dr. Paulo Alexandre Ramos de Figueiredo Soares	Sim

(*) Junto se anexa o currículo

**Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25607	AGENOR GOMES PINTO NETO	A relevância constitucional do direito a moradia adequada nas remoções forçadas fundadas em questões ambientais	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25302	ANA BEATRIZ GONÇALVES MELLAGI	Os poderes de pronúncia do tribunal na acção de condenação à prática do ato administrativo devido	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25404	BIANCA ÁVILA MORAIS DE MENDONÇA	Consequências jurídicas da igualdade na Constituição Brasileira e os direitos das pessoas com deficiência mental: o direito à educação em condições de igualdade das pessoas com deficiência mental	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25724	CINTIA CRISTINA MARQUES LIMA	A restrição à liberdade de expressão e a possibilidade de responsabilização funcional do servidor público por atos da vida privada	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25254	DENNIS ALEXANDRE WANDERLEY COELHO VIANNA	A responsabilidade do Estado pela sua (in)capacidade em executar as políticas públicas no setor de assistência social	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25592	ELINE BRITO MONTEIRO	Os direitos fundamentais e a necessidade de aplicação dos mecanismos de alteração constitucional em tempos de crise	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25225	JULIO CESAR MASSON	Processo Administrativo Disciplinar	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25131	MARIANA CAPISTRANO SARINHO PAIVA	A Participação Popular no Orçamento Público	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25460	ROBERTO MATIAS DA SILVA MELO	Ponderação de Direitos Fundamentais: O conflito constitucional do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e o Princípio da Liberdade de Trabalho e Profissão	ANA FERNANDA FERREIRA PEREIRA NEVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25250	DANIELA GOMES OPPITZ	Sistema Penitenciário Brasileiro: a violação de direitos humanos e a efetividade das decisões da Corte Interamericana	ANA MARIA GUERRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
20648	INÊS COIMBRA RIBEIRO	O conceito de artificialidade à luz do Direito Europeu e do BEPS	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25733	JAMILE JAMBEIRO PORTELA	Os Impostos à Saída e a Compatibilidade com as Convenções Internacionais e o Direito Europeu	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
12346502	JOSE ALEXANDRE COSTA NETO	A Reforma da Tributação Indireta no Brasil com base nos Sistemas Europeu do IVA e Canadiano	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
18667	JOSÉ PEDRO SANTOS DE SOUSA BARROS	Debt bias como instrumento de planeamento fiscal internacional	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25042	JOSUÉ BERNARDINO DOS SANTOS	FISCO GLOBAL - O Brasil tendo em conta o novo paradigma da política internacional de transparência fiscal	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25258	MARGARIDA MARIA COSTA REIS CANADA DE ABREU	Os limites do juízo da discriminação em matéria de tributação direta segundo o TJUE (disparidades e comparação horizontal)	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
19729	MARIA CRISTINA ALVELOS ALEGRE FIGUEIREDO	A Ação 3 do BEPS: das primeiras recomendações à sua adoção nos ordenamentos jurídicos europeus	ANA PAULA VALLE-FRIAS MADUREIRA PIEDADE DOURADO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
20820	DIANA RAQUEL SERRINHA ROSA	A figura do credor controlador e o seu papel nas grandes sociedades anónimas e grupos de sociedades	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
20665	MARIANA BORGES SÃO BENTO	Deveres de Lealdade e a ingerência no Governo Societário	ANA PAZ FERREIRA DA CÂMARA PERESTRELO DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25635	PATRICIA FALCÃO GANDRA	A Proteção aos Refugiados na Ordem Constitucional Brasileira	ANTÓNIO JORGE PINA REIS NOVAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25589	RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER	EMPRESA E ESTADO: O Princípio da Essencialidade da Atividade Empresária no âmbito da República Federativa do Brasil	ANTÓNIO MANUEL BARRETO ESPADINHA DE MENEZES CORDEIRO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25658	ARTHUR DAVANZO REINELLI	Impactos do encarceramento (em massa) no aumento da criminalidade urbana no Brasil	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25659	CAMILA FRANCO DE SOUZA REIS PINTO	Imputação objetiva no ato médico	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25106	CHAIANE PLETSCHE PIREZ	Os toques que nunca desaparecem: Depoimentos de crianças vítimas de violência sexual	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25663	DANIELE FRANCISCO ARTICO	Alienação Parental	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25305	EMANOEL TAVARES COSTA	Infanticídio indígena no Brasil	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS

**Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25463	GABRIELE DA COSTA FRIAS AMBROSIO	Colaboração Premiada: relevância para o deslinde da operação Lava Jato	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25352	HUGO LEONARDO CHAVES SOARES	A cláusula de bons costumes como limite à disponibilidade do bem jurídico integridade física	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25668	LUIZ ANTONIO MORAES LENTO PEIXOTO DA COSTA	Princípios limitadores como complemento ao bem jurídico	AUGUSTO MANUEL GOMES SILVA DIAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25461	CLARA BENILDE VIEIRA DOS SANTOS	O Estatuto de Refugiados na Ordem Jurídica Internacional e na Ordem Jurídica Regional Europeia	CANUTO JOAQUIM FAUSTO DE QUADROS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25465	DANIELA FERREIRA QUEIROZ	Descentralização e Desconcentração de Poder em Matéria de Ambiente	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
25129	JOSÉ HIGINO DE BRITO	O controlo jurisdicional do poder discricionário da Administração Pública no direito angolano	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25091	NATÁLIA MELO DE FARIAS	GERENCIAMENTO AMBIENTAL EMPRESARIAL NO SETOR DE MINERAÇÃO: A indústria mineral como instrumento de uma socioeconomia regional sustentável no Estado do Pará	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
25393	THAYGA EMMANUELA BARBOSA GALDINO DE LIRA	A disposição final dos resíduos sólidos urbanos nos aterros sanitários: uma perspectiva luso-brasileira acerca do licenciamento ambiental	CARLA MARIA FERMENTO AMADO GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
25730	NATALIA RODRIGUES FACHINI	O pretenso princípio da afetividade como base estruturante das relações jurídicas familiares	CARLOS ADELINO CAMPELO DE ANDRADE PAMPLONA CÔRTE-REAL	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
20812	AFONSO CHUVA BRÁS	Proteção da Confiança e Interesse Público	CARLOS MANUEL ALMEIDA BLANCO MORAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25177	LEONARDO DAVID QUINTILIANO	Direitos sociais e vinculação do legislador	CARLOS MANUEL ALMEIDA BLANCO MORAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25634	LUÍS ANTÔNIO SAUD TELES	Os limites da obrigação do Estado na efetivação do direito social à saúde	CARLOS MANUEL ALMEIDA BLANCO MORAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25260	VINICIUS MIRANDA GOMES	A proibição de retrocesso social e o controle jurisdicional das políticas públicas de direitos sociais: críticas e possibilidades	CARLOS MANUEL ALMEIDA BLANCO MORAIS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25329	INÊS MARIA PETIZ DE CASTRO VIANA	A compensação equitativa dos autores e artistas-intérpretes pela utilização de obras audiovisuais	DARIO MANUEL LENTZ MOURA VICENTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
25613	ANDRÉ DE PAULA TURELLA CARPINELLI	Liberdade de expressão, discurso de ódio e sua criminalização	DAVID JOSÉ PEIXOTO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25236	STEFANO REZENDE MONTEIRO	A hermenêutica constitucional dos direitos fundamentais sociais e os reflexos da afirmação da sua normatividade para a concretização e a proteção do conteúdo jurídico	DAVID JOSÉ PEIXOTO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
21416	TIAGO FERNANDO ROLO MARTINS	A regra da proporcionalidade como parâmetro regulador da cedência das normas reguladoras da actividade administrativa deontica	DAVID JOSÉ PEIXOTO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25614	MARINA BARAÇAS FIGUEIREDO	Um estudo sobre o instituto das fundações privadas nos direitos brasileiro e português: experiências no setor cultural	DOMINGOS MIGUEL SOARES FARINHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25464	ANDREIA NILSON DA SILVA	Idéias para Reforma Política no Brasil a partir do Novo Constitucionalismo Latino-Americano	EDUARDO AUGUSTO ALVES VERA-CRUZ PINTO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25563	EPALANGA HOMERO DESIDÉRIO VISANDULE	O preço no Direito Romano até à realidade do nosso Código Civil	EDUARDO AUGUSTO ALVES VERA-CRUZ PINTO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO
25739	FERNANDO HENRIQUE ESCOBAR BINS	A proteção do direito internacional à negociação coletiva no ordenamento jurídico internacional	EDUARDO JOSÉ AMARO CORREIA SILVA BAPTISTA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25581	DELMAR PEREIRA JÚNIOR	Da proteção dos consumidores nos contratos de prestação continuada de serviços de comunicação	ELSA MARINA ROSA DIAS DE OLIVEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25572	KARYN YUKARI SEKI	O regime jurídico internacional dos navios de cruzeiro	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25498	POLLYANA CARDOSO DE FREITAS GAMA	Limites à força vinculativa das decisões dos mecanismos de modificação das convenções internacionais de direito do ambiente	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25655	RENATA NAYANE DE MENEZES	O gerenciamento costeiro e a poluição telúrica	FERNANDO MANUEL PEREIRA LOUREIRO BASTOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
25694	EVELYN KONRAD HULLER	Desobediência do trabalhador	GUILHERME MACHADO DRAY	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS

**Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)**

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25278	MARIANA FILIZZOLA GOMIDE PÓVOA	O princípio da preservação da empresa e responsabilidade civil do administrador quanto aos credores laborais nas sociedades por quotas. A aplicação indevida da teoria da desconsideração da personalidade jurídica	GUILHERME MACHADO DRAY	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
19745	MARIA REBELO AFONSO D'ALBUQUERQUE	A Directiva "Anti-Tax Avoidance"	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25340	PAULO ALEXANDRE GRILO GALVEIA MARGALHO	A poupança fiscal (na gestão das sociedades)	GUSTAVO ANDRE SIMOES LOPES COURINHA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25649	ANA CAROLINA REIS PINTO	O Princípio da Igualdade e o Dever de Não Discriminação no Direito do Trabalho	ISABEL ALEXANDRA BOTELHO VIEIRA BORGES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
25240	BRUNO DI MICELI DA SILVEIRA	O Princípio da Cooperação das partes na actividade probatória: Limites e alcance	ISABEL MARIA GROSSO ELIAS DE OLIVEIRA ALEXANDRE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
12346560	DIEGO FELIPPE FARIAS PEREIRA DE ANDRADE	Função Social da Propriedade no Brasil	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS
25688	EZEQUIAS DA SILVA LEITE	A razoável duração do processo como direito fundamental	JAIME RUI DRUMMOND LEITAO VALLE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25569	CAROLINE COSTA BERNARDO	Tráfico Internacional de Mulheres para fins de Exploração Sexual: da negativa de direitos fundamentais	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
25143	CARYNA MOURA DE OLIVEIRA CAVALCANTI	O mínimo existencial como limite à aplicação da reserva do possível ao direito fundamental à saúde no Brasil: o papel do Poder Judiciário na concretização deste direito	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25602	CLAUDIO COUTO TERRÃO	Tribunal de Contas e controle político-jurídico sobre a efetividade das políticas públicas na consecução dos direitos fundamentais	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25335	GLAUCIO DE LIMA E CASTRO	Partidos Políticos do Brasil pós 1988: regime jurídico-constitucional, dinâmica e entraves à operacionalização da democracia representativa	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25195	NICOLAU SAMPAIO VAN-DUNEM	O princípio constitucional da igualdade em Angola	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25220	SARA SOARES PEREIRA	O Direito Fundamental à Educação da Pessoa com Deficiência e a Educação Inclusiva	JORGE MANUEL MOURA LOUREIRO MIRANDA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25314	AUGUSTO MANUEL PEREIRA PORTELA	A problemática da radiodifusão retransmitida por rede informática em simultâneo e a tutela do Direito de Autor	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
25333	MARISSOL BARBOSA DE SOUZA PINHEIRO	Direito de Acesso à cultura versus Direito de Autor no Brasil polarizado	JOSÉ ALBERTO COELHO VIEIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
25399	DIOGO MIGUEL DUARTE SILVA	A proteção do whistleblower na relação jurídico-laboral	LUIS ARTUR ALMEIDA ROCHA GONCALVES SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
25741	PAULA CASTRO COLLESI	A negociação coletiva em tempos de crise e o "favor laboratoris"	LUIS ARTUR ALMEIDA ROCHA GONCALVES SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
20701	MARIA CATARINA NAZARÉ DE JESUS VIDEIRA LOURO	A Paródia e os Direitos de Propriedade Intelectual	LUIS MANUEL TELES MENEZES LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
25437	BRUNO MARINHO GUIMARÃES MENDES	Descentralização/ desconcentração de poder em um modelo verdadeiramente federativo	LUIS PEDRO DIAS PEREIRA COUTINHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25582	DANIELA PORTO VIEIRA	Contrato Internacional de venda, empréstimo, cessão e permuta de obras de arte e objetos históricos	LUIS PEDRO ROCHA LIMA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25623	MÁRIO BAIÃO BOTELHO DA SILVA	A reserva de propriedade a favor do financiador	LUIS PEDRO ROCHA LIMA PINHEIRO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
19545	CATARINA BAPTISTA GOMES	As reservas no contrato de transporte de mercadorias	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
19776	MELISSA TAMAR TAVARES DE CARVALHO	O Ius Variandi no Direito Bancário e a Concessão de Crédito a Consumidores	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS
15628	MIGUEL ALEXANDRE DUARTE SANTOS	A prestação de serviços de pagamento por parte de instituições de crédito	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS
25282	OSVALDO JÚLIO DA SILVA	Sociedade Criada de Facto e Sociedade de Facto no Direito da OHADA	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
20714	SARA ISABEL ALEIXO DA SILVA	Penhor de direitos para garantia de créditos bancários	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
20809	VICTOR HUGO MEDEIROS FINIZOLA	Giro Bancário e Serviços de Pagamento	MANUEL JANUARIO COSTA GOMES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO BANCÁRIO E DOS SEGUROS
25350	ARNALDO DE LIMA BORGES NETO	Da corporate governance à governança familiar: um contributo à aplicação dos princípios da governança corporativa e seus instrumentos às sociedades empresárias de responsabilidade limitada brasileiras de estrutura familiar	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25738	FERNANDA CAMPOLINA VELOSO	A responsabilidade civil dos administradores nas sociedades anônimas abertas no direito brasileiro	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25440	INGRID ABREU BIONDI CASTRO	A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade matriz em relação ao grupo	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
16702	JOÃO MIGUEL VIEGAS DOS SANTOS ASCENSO	Responsabilidade Social das Empresas	MARIA ADELAIDE TELES MENEZES CORREIA LEITÃO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25487	RUI JORGE FERREIRA SANTOS ANÍBAL	Direito da Regulação - Captura do Regulador	MARIA EDUARDA ALMEIDA AZEVEDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: FINANÇAS PÚBLICAS E PRIVADAS
25696	MAÍRA ESTEVES BRAGA	Caminhos Administrativos percorridos em Portugal e no Brasil para a Prestação de Serviços de Saúde: Entre o Público e o Privado	MARIA JOÃO ROSÁRIO ESTORNINHO PEREIRA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25122	ADRIANA SOUZA DE SIQUEIRA	Medidas reparatórias na Corte Interamericana de Direitos Humanos	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25102	CARLOS RENAN RODRIGUES DA SILVEIRA	O Direito a um Julgamento Justo e a Jurisprudência Internacional	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25446	CAROLINA BARROS DE CARVALHO	Análise comparada entre as técnicas de julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Europeu de Direitos Humanos	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25224	MARIANA MEDEIROS DANTAS	Os Direitos das Mulheres no Tribunal Europeu de Direitos Humanos: uma análise dos casos admitidos de violações aos direitos com base no gênero	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25689	RENATA DE FARIAS FALANGOLA	O direito internacional dos refugiados e os ordenamentos jurídicos brasileiro e português: análise da efetividade da proteção	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25692	TAMIRES AGUIAR DE AZEVEDO	A Convenção de Haia de 1980 sobre os aspectos civis do sequestro internacional de menores	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25334	VERÔNICA DE GIACOMO PIAS	Direito Internacional Público	MARIA JOSÉ REIS RANGEL MESQUITA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25243	DOMINGOS JORGE GOMES PEREIRA	Direito Constitucional e as Influências da Integração Sub-regional Africana	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25643	RAFAEL LIRA MONTEIRO	A carta dos direitos fundamentais da União Europeia e o nível mais elevado de proteção	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
19829	RICARDO FILIPE RODRIGUES DE OLIVEIRA	A ponderação de novos sujeitos de Direito Internacional no conceito de defesa da Carta das Nações Unidas e do Tratado da União Europeia em face dos fenómenos do terrorismo e da criminalidade transnacionais	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25674	YURY SCARDUA MENEGBEL	A fragilidade na concretização das normas que versam sobre direitos fundamentais no âmbito dos Tratados Internacionais	MARIA LUISA CONCEIÇÃO DUARTE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
20374	CELINA ISABEL DIAS VIDEIRA	A resolução incondicional em benefício da massa insolvente	MARIA LURDES VIEGAS MARQUES PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25740	PALOMA PAES RODRIGUES	A representação política das mulheres nos órgãos de poder: uma evolução para a democracia paritária?	MARIA MARGARIDA REGO COSTA SALEMA OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25112	PEDRO ARTHUR CAPELARI DE LUCENA	Estudos sobre a viabilidade de permissão de candidatura desvinculada de filiação partidária no Brasil. Estudos Comparados entre Brasil, Portugal e Alemanha	MARIA MARGARIDA REGO COSTA SALEMA OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25051	RUI CHICHORRO E SILVA CAPOTE	O controlo jurisdicional das deliberações dos órgãos dos partidos políticos e o princípio da separação de poderes	MARIA MARGARIDA REGO COSTA SALEMA OLIVEIRA MARTINS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO CONSTITUCIONAL
25336	LUIS FELIPE SILVA	Abuso de direito no âmbito das negociações preliminares, sob a perspectiva comparativa entre os ordenamentos jurídicos português e brasileiro	MARIA RAQUEL ALEIXO ANTUNES REI	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25501	RENÊ DA SILVA FREITAS	A natureza jurídica do abuso de direito em Brasil	MARIA RAQUEL ALEIXO ANTUNES REI	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
17163	ANA RITA RIBEIRO MACEDO	O Pacto de não concorrência no Direito do Trabalho	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25615	CARLOS ARTUR GIANNINI DOMINGUES	Vedação à equiparação salarial de empregados com origem em empresas distintas	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
25362	NATASHA SCHNEIDER	O Contrato de Trabalho Intermitente no Direito Português - uma análise do instituto e da viabilidade ou não de sua exportação para o direito brasileiro	MARIA ROSARIO VALENTE REBELO PINTO PALMA RAMALHO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
25337	SARA FERREIRA DA COSTA HALL	Responsabilidade pré-contratual da Administração Pública - a culpa in contrahendo e medida da indemnização	MIGUEL CHAVES RIBEIRO ASSIS RAIMUNDO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25754	AMANDA SIQUEIRA BELTRAO SANTOS	A gestão processual realizada pelas partes	MIGUEL FERNANDO PESSANHA TEIXEIRA SOUSA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25626	JOSANE PEIXOTO NORONHA	Convenções probatórias no direito brasileiro	MIGUEL FERNANDO PESSANHA TEIXEIRA SOUSA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25049	ALEXANDRA CRISTINA SARAIVA FONSECA	O Design na fronteira da Arte e da Inovação	MIGUEL JOSE PINTO TAVARES MOURA SILVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO INTELECTUAL
25620	LICIA MERCÊS GUIMARÃES	Família	MÍRIAM CLÁUDIA DE SOUSA SILVA AFONSO BRIGAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: HISTÓRIA DO DIREITO
21193	BRUNO MIGUEL DE JESUS MARQUES SANTOS	A substituição tributária na arrecadação de taxas	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
25212	CÉLIA CERQUEIRA BEZERRA STREIT	Tributação do rendimento, família e regimes de bens de casamento no direito português	PAULA CRISTINA SANTOS ROSADO PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25173	ANDRÉ QUEIROZ DE MELO	Estatuto jurídico das empresas militares privadas: um estudo de Direito Administrativo	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25636	FELIPE BARBOSA DE FREITAS RIBEIRO	Administração Pública e normas técnicas	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
20834	JOÃO SEQUEIRA SENA	A declaração administrativa de invalidade dos contratos administrativos	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
15152	NUNO MIGUEL MILER BASTOS	Proibição da Retroatividade das Leis em Matéria Tributária: um direito fundamental?	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO FISCAL
19428	PEDRO DUARTE SILVA	O Problema das Leis-Medida	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
9576	VANDA SOFIA FIDALGO SILVA COUTINHO	O controlo judicial dos juízos probatórios da AT	PAULO MANUEL CUNHA COSTA OTERO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO ADMINISTRATIVO
25697	ANA MARGARIDA RODRIGUES CALDEIRA	Da imputação, à sociedade dominante, da conduta ilícita da dominada no âmbito do Direito da Concorrência. Considerações à luz do princípio da presunção de inocência e à luz da jurisprudência do TJUE	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25627	ANGÉLICA RODRIGUES DA SILVEIRA	Nemo Tenetur se Ipsum Accusare e os Métodos Coercitivos de Obtenção de Prova no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: críticas, contradições e perspectivas	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25660	DANIEL DIAMANTARAS DE FIGUEIREDO	O direito ao confronto no processo penal: conteúdo, extensão, limites e produção probatória	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25080	EVA INÊS FERNANDES LOURENÇO	Os poderes de inspecção e de busca da CMVM na investigação de crimes contra o mercado de valores mobiliários	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25317	FELIPE SOARES TAVARES MORAIS	A derrotabilidade da acusação e seus reflexos no ónus da prova	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25422	LAM IOK HENG	A indemnização por privação ilegítima da liberdade no processo penal de Macau	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25211	LILIANE MICHELS ORTIZ	Os poderes instrutórios do juiz no processo penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25386	MARIANA OLIVEIRA DO NASCIMENTO	A ressonância magnética funcional como meio de prova no Processo Penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25237	SILVIO LEITE GUIMARÃES NETO	A função expressiva da pena como integração da vítima no Direito Penal	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
20882	VANESSA SOFIA SERAFIM FERNANDES	O Acesso a Dados Encryptedados Localizados em Smartphones	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25159	ZULEICA SORAIA GOMES DA CRUZ	O princípio da celeridade no processo penal: uma análise da sua influência em Portugal e Cabo Verde	PAULO MANUEL MELLO SOUSA MENDES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
20660	TÂNIA PATRÍCIA DE FREITAS ANDRADE	A liberdade negocial e a proibição da renúncia antecipada a direitos	PEDRO CABRAL CORTE-REAL DE ALBUQUERQUE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado Científico – preparação da dissertação
Mestrandos que concluíram a parte escolar no 2.º semestre do ano letivo 2014-2015
(Conselho Científico maio 2016)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a)	Curso
20923	JOANA LOPES PEREIRA	Da legitimidade: uma abordagem actualista	PEDRO LEITÃO PAIS DE VASCONCELOS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25193	PRISCILLA CAROLINE VEIGA LEAL DE MELLO	Combate ao Terrorismo e Direitos Humanos	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25113	WILLIAM LEMES	O Direito Internacional dos Refugiados e a Europa Blindada	PEDRO MIGUEL MARTINS GONÇALVES CARIDADE DE FREITAS	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25691	JOÃO PAULO RODRIGUES RIBEIRO	A Natureza Jurídica do Contrato Entre o Advogado Associado e As Sociedades de Advogados em Portugal e no Brasil	PEDRO NUNO TAVARES ROMANO SOARES MARTINEZ	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-LABORAIS
20828	ANA RITA CALAFATE FERREIRA	Cibercrime	RUI FILIPE SOARES PEREIRA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS
25745	REGINA ELISEU DE JESUS RICARDO	A responsabilidade civil dos vigilantes de incapazes naturais	RUI PAULO COUTINHO MASCARENHAS ATAIDE	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICAS
25342	CLEIDE PEREIRA DA SILVA	O Ministério Público no sistema de freios e contrapesos	RUI RODRIGO FIRMINO GUERRA DA FONSECA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
25428	YE ZHI YIN	Estudo do regime jurídico do investimento de Macau	RUTE NETO CABRITA E GIL SARAIVA	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITO COMERCIAL
25400	JOHN BEZ	Direito de Resistência: Desenvolvimento filosófico e jurídico	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIAS JURÍDICO-INTERNACIONAIS
25271	LAURO FONTES JUNIOR	Os limites e as possibilidades dos princípios de direitos fundamentais como etapa evolutiva da argumentação jurídica nas sociedades de riscos e contingências	SÍLVIA ISABEL DOS ANJOS ALVES	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: DIREITOS FUNDAMENTAIS
25707	ANDRÉ FELIPE DE LIMA COSTA	O ativismo judicial e a formação política brasileira: a crise do poder legislativo no Brasil	SUSANA ANTAS FERNANDES VIDEIRA BRANCO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
25647	ELISANGELA DO AMARAL ANDRADE LANDIM	A soberania popular na democracia representativa brasileira	SUSANA ANTAS FERNANDES VIDEIRA BRANCO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA
25371	RENAN GABRIEL WOZNIAK	A Representação Política sob o viés histórico-jurídico brasileiro	SUSANA ANTAS FERNANDES VIDEIRA BRANCO	MESTRADO EM DIREITO - PERFIL: CIÊNCIA POLÍTICA

Versão do documento: 19.05.2016



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa
Instituto de Cooperação Jurídica

I CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

Em colaboração entre:

Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro (Cabinda)

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2016

Metodologia Jurídica – 1.º Módulo – 23 a 27 de maio

Regente: Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Direito Constitucional – 1.º Módulo – 20 de junho a 24 de junho

Regente: Prof. Doutor Alexandre Sousa Pinheiro

Direito Administrativo – 1.º Módulo – 18 a 21 de julho

Regente: Prof.^a Doutora Carla Amado Gomes

Metodologia Jurídica – 2.º Módulo – 1 a 5 de agosto

Regente: Prof. Doutor Barnabé Capita

Seminário sobre Métodos da Investigação Científica – 22 a 26 de agosto

Regente: Prof. Doutor Kianvu Tamo

Direito Administrativo – 2.º Módulo – 5 a 9 de setembro

Regente: Prof. Doutor Lourenço Vilhena de Freitas

Direito Constitucional – 2.º Módulo – 14 a 18 de novembro

Regente: Prof. Doutor Luís Pereira Coutinho

Seminário sobre Economia Política – 5 a 9 de dezembro

Regente: Prof.^a Doutora Elisângela Helena Pedro de Almeida

I CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CIVIS

Em colaboração entre:

Faculdade de Direito da Universidade Onze de Novembro (Cabinda)

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

2016

Metodologia Jurídica – 1.º Módulo – 23 a 27 de maio

Regente: Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto

Direito Comercial – 1.º Módulo – 20 a 24 de junho

Regente: Prof. Doutor José Alberto Vieira

Metodologia Jurídica – 2.º Módulo – 1 a 5 de agosto

Regente: Prof. Doutor Barnabé Capita

Seminário sobre Métodos da Investigação Científica – 22 a 26 de agosto

Regente: Prof. Doutor Kianvu Tamo

Direito Civil – 1.º Módulo – 5 a 9 de setembro

Regente: Prof. Doutor Luís Menezes Leitão

Direito Comercial – 2.º Módulo – 10 a 14 de outubro

Regente: Prof.^a Doutora Adelaide Menezes Leitão

Direito Civil – 2.º Módulo – 14 a 16 de novembro

Regente: Prof. Doutor Dário Moura Vicente

Seminário sobre Sociologia Jurídica – 5 a 9 de dezembro

Regente: Prof. Doutor Constantino Muco

DOUTORAMENTO EM DIREITO – ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS

*Alteração de júri de doutoramento

Candidato	Título da Tese	Prof. Orientador	Júri
Mafalda Luísa Ramos Carmona (Aluna nº 7147) Entrega da tese de doutoramento em 19/08/2015	<i>"Teoria do Estado-Administração, princípio da legalidade e imputação de danos".</i>	Prof. Doutor José Sérvulo Correia	Prof. Doutor Nuno Piçarra; Prof. Doutor Maria da Glória Garcia (FDUCP/Lisboa); Prof. Doutor António Menezes Cordeiro; Prof. Doutor José Sérvulo Correia (Orientador); Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva, Prof. Doutor Paulo Otero; Prof. Doutor Maria José Rangel Mesquita

Divisão Académica

-PEDIDOS DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA ENTREGA DA TESE DE DOUTORAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DO DOUTORANDO	DATA DO REQUERIMENTO	DATA DE ADMISSÃO À PREPARAÇÃO DO DOUTORAMENTO	PRAZO DE PRORROGAÇÃO PROPOSTO/REGISTO DO TEMA DA TESE	PROFESSOR ORIENTADOR/CO-ORIENTADOR DESIGNADO(S)	CONCORDÂNCIA/RECOMENDAÇÃO DO(S) ORIENTADOR(ES)
MARIANA VANNUCCI VASCONCELLOS (ALUNA Nº 22697) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	04.05.2016	09.04.2014	Até 09.04.2018/ 09.04.2019	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim.
SUSANA MÁXIMO VACAS (ALUNA Nº 7469) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	05.05.2016	06.06.2012	Até 6.05.2017/ 06.06.2017	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim.
ÁLVARO ROBERTO ANTAVINICIUS FERNANDES (ALUNA Nº 22696) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-CRIMINAIS	12.05.2016	26.06.2013	Até 26.06.2017/ 26.06.2018	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes	Sim.
IZABEL CRISTINA DA SILVA SAMPAIO (ALUNA Nº 22772) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	13.05.2016	17.07.2013	Até 17.07.2018/ 17.07.2018	Profª Doutora Carla Amado Gomes	Sim.
JORGE MIGUEL PAÇÃO POLIDO (ALUNO Nº 18205) DOUTORAMENTO EM DIREITO-ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-POLÍTICAS	23.05.2016	18.06.2014	Até 18.06.2018/ 18.06.2019	Prof. Doutor João Miranda	Sim

Versão atualizada em 23.05.2016

SRF



Núcleo de Formação Pós-Graduada
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

PROGRAMA DE PÓS-DOCTORAMENTO

Solicitação de Conclusão do Programa

(Reunião do Conselho Científico de 25 maio de 2016)

Identificação do Doutorando	Área de Especialização	Tema	Professor Orientador	Parecer do Professor Supervisor	Dívida de Propinas
DIRLEY DA CUNHA JÚNIOR (ALUNO Nº27401)	PÓS-DOCTORAMENTO EM DIREITO - ESPECIALIDADE EM CIÊNCIAS JURÍDICAS POLÍTICAS	<i>“A Justiça constitucional no Brasil e em Portugal: contributo para uma teoria luso-brasileira da jurisdição constitucional”.</i>	Prof. Doutor Jorge Miranda	Sim. <i>“Muito Bom”</i>	Não.



COLÉGIO F3
Food, Farming
& Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO **“REcursos-Alimentação-SOciedade: Dinâmicas e Soluções (REASOn)”**

APRESENTAÇÃO

São inúmeros os desafios que se colocam à sociedade atual nos domínios da alimentação, agricultura e florestas: a resposta às alterações climáticas, o aumento da eficácia do uso da água, a proteção dos ecossistemas e a manutenção dos serviços ecológicos cruciais para a produção agrícola e animal, ou a produção alimentar sustentável, saudável e acessível a todos. Apenas uma visão holística é capaz de reunir as perspetivas e competências essenciais nos domínios em análise, e assim gerar um diálogo eficaz e integrador entre todas as áreas e saberes, numa perspetiva transdisciplinar. A Universidade de Lisboa, através do Colégio “Food, Farming and Forestry” (F3), criou um curso de pós-graduação designado “REcursos-Alimentação-SOciedade: Dinâmicas e Soluções (REASOn)”, especialmente dirigido a profissionais do sector, com conteúdos inovadores e pluridisciplinares, orientados para novas estratégias, políticas e comportamentos que sejam capazes de adaptar as práticas existentes e desafiar os atuais paradigmas. Indo ao encontro das necessidades dos interessados, a formação avançada privilegia a mobilidade dos docentes e decorrerá em horário pós-laboral.

OBJETIVOS

Responder às atuais exigências que se colocam à sociedade atual nos domínios da alimentação, agricultura e florestas requer inovação em ideias, conceitos, metodologias e soluções, capazes de envolver os diferentes atores e as suas valências, fator que é devidamente potenciado por uma visão holística. O Curso de Pós-Graduação REASOn pretende valorizar as competências de profissionais em pleno exercício de funções, integrando transversalmente conhecimento sólido e atual em ciências naturais, sociais e engenharias, para o desenvolvimento sustentável. O curso está orientado para dotar recursos humanos com ferramentas que permitam dar respostas aos desafios atuais e futuros da alimentação e da sustentabilidade dos sistemas.

DESTINATÁRIOS

O curso está concebido para capacitar profissionais do setor público ou privado para responder ativamente a desafios sociais, nomeadamente: i) os ligados à inovação na produção e à transformação e comercialização de produtos agroflorestais; ii) gestores, economistas, profissionais de marketing alimentar, empreendedores, legisladores e decisores dos setores agroflorestal, alimentar e da nutrição; e iii) profissionais ligados à intervenção em segurança alimentar, dietas, saúde pública e comportamentos do consumidor e interessados em gestão de riscos e em circuitos e cadeias que preservem os recursos e o ambiente. Pretende fomentar um espírito empreendedor e empresarial e capacidade de transferência de conhecimento para a sociedade.

PLANO CURRICULAR

UNIDADE CURRICULAR	HORAS	CRÉDITOS
Segurança Alimentar e Dinâmicas Globais	14	3
Práticas Sociais, Alimentação e Saúde	28	6
Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas	28	6
Uso dos Recursos - Água, Solos e Energia	28	6
Desenvolvimento Sustentável das Cadeias de Valor e Territórios	28	6
Seminários	14	3

UNIDADES CURRICULARES

A pós-graduação inicia-se com uma UC de introdução, designada Segurança Alimentar e Dinâmicas Globais, em que se identificam os três principais desafios emergentes para soluções de desenvolvimento, em torno dos quais se estrutura o plano de estudos. Os programas de cada UC são atravessados por seis eixos: 1. tecnologia e inovação; 2. economia, gestão e marketing; 3. práticas sociais; 4. políticas, instituições e governança; 5. ética; e 6. metodologias de diagnóstico, análise, avaliação e implementação, adequados a cada tipo de problema.

SEGURANÇA ALIMENTAR E DINÂMICAS GLOBAIS

Desenvolver aptidões e competências e transmitir conhecimentos das principais dinâmicas globais, num quadro histórico-geográfico, que se centram na população e na produção de alimento. Introduzir os desafios, as estratégias, os sistemas de inovação aplicados nas soluções.

PRÁTICAS SOCIAIS, ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

Desenvolver conhecimentos que permitam compreender a natureza, a dinâmica e as múltiplas relações que geram as práticas sociais focadas na alimentação. Em particular, contribuir para potenciar a capacidade crítica sobre as proposições mais universalistas e hegemónicas das relações entre alimentação e saúde/bem-estar e explorar propostas alternativas que permitam o desenvolvimento de sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e resilientes.

BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

Desenvolver conhecimentos que permitam compreender a natureza multidimensional do desafio de prosseguir objetivos de produção agrícola e florestal sem pôr em causa o capital natural (biodiversidade, serviços de ecossistemas e clima) de que essa mesma produção depende.

USO DOS RECURSOS - ÁGUA, SOLOS E ENERGIA

Desenvolver conhecimentos que permitam compreender a natureza multidimensional do desafio de prosseguir o uso racional da água, solos e energia com a finalidade de garantir a perenidade, em quantidade e qualidade, dos recursos necessários para assegurar uma produção de alimentos e matérias-primas num quadro global de crescimento populacional e de variabilidade climática.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CADEIAS DE VALOR E TERRITÓRIOS

Desenvolver conhecimentos que respondam aos seguintes desafios: sobre-exploração de recursos naturais finitos; desequilíbrios sociais, económicos e ecológicos das atividades humanas; desterritorialização associada à globalização e problemas induzidos de governança, controlo sustentável dos recursos e fatores de criação, atração e retenção de valor; desigualdades sociais no uso dos recursos e na distribuição dos rendimentos gerados no território; modelos insustentáveis de produção e consumo alimentar.

SEMINÁRIOS

Destinam-se a criar um espaço de contacto privilegiado dos participantes na Pós-Graduação com membros do Colégio F3 que desenvolvam investigação em áreas integradoras do triângulo recursos, sociedade e alimentação. Contam, igualmente, com a participação de profissionais dos setores relevantes das áreas temáticas da pós-graduação, proporcionando aos estudantes o contacto privilegiado com a realidade empresarial portuguesa. Os temas escolhidos para os seminários serão os que não estão tão desenvolvidos ou contemplados nas UCs propostas e, simultaneamente, potenciem uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar.

CORPO DOCENTE

Amélia Branco (ISEG), Amélia Pilar Rauter (FC), Ana Ramos Pereira (IGOT), António Guerreiro de Brito (ISA), Carlos Fontes (FMV), Catarina Ramos (IGOT), Cristina Almeida (FF), Cristina Branquinho (FC), Domingos Soares Farinho (FD), Dulce Freire (ICS), Fernando Bernardo (FMV), Idalina Dias Sardinha (ISEG), Isabel Mendes (ISEG), João Miranda (FD),

João Paulo Martins (FA), José Lima Santos (ISA), José Saldanha Matos (IST), Luís Mira da Silva (ISA), Luís Moreno (IGOT), Luís Ribeiro (IST), Magda Fontes (FMV), Maria João Estorninho Pereira Silva (FD), Manuel Laranja (ISEG), Manuela Abreu (ISA), Margarida Santos-Reis (FC), Margarida Tomé (ISA), Maria Henriques (FF), Mónica Truninger (ICS), Patrícia Abrantes (IGOT), Paulo Nicola (FM), Rita Almendra (FA), Rui Bessa (FMV), Sara Amâncio (ISA), Suzana Dias (ISA), Teresa Nunes (FL), Tiago Domingos (IST), Vitor Corado Simões (ISEG), Wanda Viegas (ISA).

CANDIDATURAS E PROPINAS

Serão consideradas candidaturas de detentores de licenciatura, mestrado, pós-graduação, ou com experiência profissional relevante no setor. Poderá ser solicitada a realização de uma entrevista ou a prestação de provas ou testes adicionais para avaliar competências. Valor da propina: a definir.

Local, Data

Pelo Conselho Coordenador

(Wanda Viegas)

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA

Celebra-se o presente protocolo tendo em vista a realização conjunta de um Curso de Pós-Graduação “REcursos, Alimentação e SOciedade: dinâmicas e soluções (REASOn)”, entre

a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FA, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FC, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FD, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FF, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FL, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FM, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FMV, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ICS, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por IGOT, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ISA, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ISEG, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por IST, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

.

Conjuntamente, de ora em diante, designadas por “Escolas”.

Considerando:

- Que os Colégios da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por “ULisboa”, são uma das formas de promover iniciativas colaborativas transversais, associando investigadores de distintas Escolas e unidades de investigação, para o desenvolvimento de áreas integradoras do conhecimento;
- Que as Escolas fazem parte da equipa do Colégio “Food, Farming and Forestry” (F3) da ULisboa;
- Que as atividades do Colégio F3 se desenvolvem no contexto de parcerias multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares em áreas de cooperação já existentes e que englobam domínios científicos diversos e transversais aos desafios da alimentação, agricultura e florestas;

- Que o programa de oferta formativa e de ensino em apreço deverá ter um enquadramento institucional adequado, designadamente através da celebração dos adequados instrumentos jurídicos;
- Que o programa de oferta formativa e de ensino em apreço deverá obedecer à legislação em vigor tendo em conta as competências e atribuições dos Órgãos das Escolas que compõem o Colégio F3;
- Que a celebração do presente Protocolo, sendo imprescindível, deverá ser complementado por Regulamentos próprios e poderá ser objeto de adendas resultantes de desenvolvimentos no âmbito do programa de cooperação.

É celebrado, livremente e de boa-fé, o presente protocolo de cooperação que se rege pelos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

Cláusula primeira

(Objeto)

O presente protocolo tem por objetivo estabelecer bases de cooperação académica, científica e técnica na ULisboa, através das Escolas do Colégio F3 signatárias, visando prioritariamente:

- a) a cooperação na organização pedagógica e científica do Curso de Pós-Graduação “REcursos, Alimentação e SOciedade: dinâmicas e soluções (REASOn)”;
- b) a colaboração de membros do corpo docente e de investigação das doze Escolas em ações no âmbito do referido Curso;
- c) o intercâmbio de informação pertinente para os objetivos estabelecidos.

Cláusula segunda

(Enquadramento legal)

As ações de cooperação a desenvolver no âmbito do Curso de Pós-Graduação “REASOn”, acordadas entre as Escolas, regem-se pelos artigos 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008 de 25 de junho, n.º 230/2009 de 14 de setembro e n.º 115/2013 de 7 de agosto.

Cláusula terceira

(Objetivos e caracterização do Curso de Pós-Graduação)

1. O Curso de Pós-Graduação tem por objetivo:
 - a) promover a formação avançada e a investigação no domínio do conhecimento em Ciências da Sustentabilidade, através da criação de competências em matéria de

- recursos, alimentação e sociedade, com as contribuições especializadas das várias escolas e respetivas unidades de ensino e de Investigação & Desenvolvimento;
- b) desenvolver e aprofundar conhecimento e aptidões teóricas, analíticas e metodológicas de investigação nas áreas científicas associadas e nas suas fronteiras;
 - c) desenvolver novas áreas integradoras do conhecimento no âmbito dos recursos, alimentação e sociedade numa perspetiva transversal dos serviços dos ecossistemas, da economia, da saúde e do bem-estar social;
 - d) obter qualificações e capacidades para traduzir, disseminar e aplicar os conhecimentos e os resultados da investigação em benefício da sociedade e com impacto na resposta a desafios societais e ambientais.
2. O Curso de Pós-Graduação, organizado pelas doze escolas da ULisboa, beneficia da existência de infraestruturas próprias, de um corpo docente qualificado, com competências diferenciadas, maioritariamente ligado a unidades de Investigação & Desenvolvimento reconhecidas e financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e com equipamentos e instalações pedagógicas e científicas adequadas aos seus objetivos.

Cláusula quarta

(Coordenação)

1. A coordenação do Curso de Pós-Graduação será assegurada por uma Comissão Científica constituída por doze vogais, representando cada uma das Escolas, desempenhando um deles a função de coordenador. A coordenação será exercida de forma rotativa anual, sendo assumida pela Escola de acolhimento nesse ano letivo.
2. A Comissão Científica será responsável pela execução do presente protocolo nas áreas pedagógica e científica, bem como o seu acompanhamento em matéria administrativa e financeira.
3. A Comissão Científica poderá nomear um Núcleo Executivo, composto pelo coordenador e dois membros desta Comissão, para exercer funções que lhe sejam delegadas.

Cláusula quinta

(Competências)

1. Compete à Comissão Científica, em cooperação com os órgãos de gestão competentes das Escolas:

- a) garantir a qualidade pedagógica e científica do Curso de Pós-Graduação;
- b) calendarizar as unidades curriculares e organizar a distribuição do serviço docente;
- c) propor alterações ao plano de estudos aos órgãos competentes das Escolas;
- d) propor o montante das respetivas propinas aos órgãos institucionais competentes;
- e) conduzir o processo de fixação e divulgação das vagas, assim como os prazos e locais de apresentação das candidaturas;
- f) pronunciar-se sobre as candidaturas, seleção, avaliações e equivalência de créditos.

2. Compete ao Coordenador:

- a) convocar, presidir e dirigir as reuniões da Comissão Científica;
- b) coordenar a implementação do Curso de Pós-Graduação, em articulação com os órgãos competentes das Escolas;
- c) assegurar o regular funcionamento e expediente do Curso.

Cláusula sexta

(Instalações e docência)

1. O Curso de Pós-Graduação “REASOn” decorrerá, durante um semestre letivo, em regime de rotatividade nas instalações de uma das Escolas signatárias, funcionando no primeiro ano no ISA, seguindo-se o ICS e o IGOT. Posteriormente a sucessão será definida pela Comissão Científica, mediante acordo entre as doze escolas envolvidas.
2. Em cada edição do Curso, o corpo docente será constituído através de proposta da Comissão Científica e com a aprovação dos órgãos competentes das Escolas a que os docentes pertencem.

Cláusula sétima

(Funcionamento administrativo e financeiro)

1. A abertura do Curso de Pós-Graduação “REASOn” é condicionada a um mínimo de 10 (dez) alunos.
2. As candidaturas e matrículas deverão ser feitas na Reitoria da ULisboa ou na Escola de acolhimento do Curso nessa edição.
3. As propinas são pagas na Escola de acolhimento.

4. Os valores da inscrição e das propinas serão estabelecidos anualmente pela Comissão Científica, dentro do quadro legal em vigor e mediante acordo entre as escolas envolvidas.
5. A totalidade das verbas das inscrições, propinas, bolsas ou subsídios será repartida da seguinte forma:
 - a) 20% para a Escola de acolhimento do Curso, para suportar custos gerais;
 - b) 30% repartido entre as escolas envolvidas, proporcionalmente ao número de horas totais de docência direta dedicadas ao Curso de Pós-Graduação;
 - c) 50% para o Colégio F3 para suportar os custos de funcionamento do Curso.
6. As despesas correntes e de investimento no Curso de Pós-Graduação serão suportadas pela Escola de acolhimento.
7. O apuramento da receita será realizado no final de cada edição, sendo repartida, nos termos no número 5 deste artigo.

Cláusula oitava
(Certificados e Diplomas)

1. Pela conclusão, com aproveitamento, cabe a atribuição de um diploma de estudos avançados e respetivo suplemento pela ULisboa.
2. Ao abrigo do n.º 1, alínea c) e do n.º 2, dos artigos 42.º e 43.º do Decreto-lei nº 115/2013, de 7 de agosto, o diploma e suplemento ao diploma será igualmente titulado através de um documento único subscrito pelos órgãos legais e estatutariamente competentes de todas as Escolas.
3. Todas as certidões de registo de grau serão emitidas pela Escola de acolhimento, subscritas pelo representante máximo com competência para o efeito, com menção expressa de que assim o faz também em nome dos representantes das outras Escolas signatárias deste protocolo, inscrevendo-se no documento legal os respetivos logótipos. Dos documentos emitidos deverá ser dado conhecimento às restantes Escolas e ao coordenador da Comissão Científica.

Cláusula nona
(Cartão de aluno)

1. A emissão do cartão de aluno será efetuada pela Escola onde o aluno realizar a inscrição e matrícula.
2. Todas as Escolas participantes comprometem-se a permitir o acesso de todos os alunos inscritos no Curso de Pós-Graduação às suas instalações, bibliotecas e serviços informáticos.

Cláusula décima
(Vigência e renovação)

1. O presente protocolo é válido por um período de três anos, contados da data da sua assinatura, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias seguidos.
2. Qualquer das partes poderá resolver o presente protocolo quando se verifique o incumprimento de alguma das suas cláusulas, mediante a comunicação, por carta registada dirigida a todas as outras partes, com antecedência mínima de 90 dias seguidos.
3. O presente protocolo será revisto obrigatoriamente no final do primeiro ano de vigência do Curso de Pós-Graduação "REASOn".
4. O presente protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, ou revogado, sempre por comum acordo entre as partes e com a aprovação dos competentes órgãos institucionais.
5. A denúncia do protocolo por qualquer das partes obriga ao integral cumprimento das atividades do Curso de Pós-Graduação não implica a extinção do Protocolo ou do Curso que dele emerge, se houver acordo das restantes Escolas.

Cláusula décima primeira
(Futuras parcerias)

O Curso de Pós-Graduação objeto do presente protocolo está aberto a futuras parcerias com outras Escolas da ULisboa, em termos a definir.

Cláusula décima segunda
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões, bem como as eventuais atualizações deste protocolo, serão resolvidas pelos órgãos institucionais competentes das Escolas. A tudo o que se achar omissos no presente protocolo, regularão as disposições aplicáveis na República Portuguesa.

Feito em treze exemplares que vão assinados pelo Professor Doutor António Cruz Serra, Reitor da Universidade de Lisboa, [REDACTED]

Lisboa, 11 de abril de 2016

[REDACTED]
assinaturas



COLÉGIO F3
Food, Farming
& Forestry

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM DOUTORAMENTO CONJUNTO **“REcursos-Alimentação-SOciedade: Dinâmicas e Soluções (REASOn)”**

1. No âmbito da missão do Colégio “Food, Farming and Forestry” (F3), foi decidido propor um ciclo de Estudos (CE) que represente uma oferta formativa única na ULisboa, e inovadora pelo caráter verdadeiramente multidisciplinar entre ciências naturais, ciências sociais e engenharias, patente na partilha de responsabilidades na organização de cada unidade curricular (UC) e na coorientação de teses. Nesse sentido, o Colégio F3 está a preparar um pedido de acreditação prévia junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Ao promover a divulgação e a integração do conhecimento junto de / em colaboração com a sociedade, o tecido empresarial e os agentes económicos, o CE proposto contribuirá para o prestígio da ULisboa como motor de promoção do desenvolvimento enquanto instituição responsável pelo desenvolvimento do país, em linha com a sua missão, em linha com os objetivos definidos e a missão e estratégia da instituição.
2. O CE está orientado para dotar recursos humanos com ferramentas que permitam dar respostas aos desafios atuais e futuros da alimentação e da sustentabilidade dos sistemas agrícola e florestal. Tal exige uma integração interdisciplinar e transdisciplinar de conhecimentos que possibilite a elaboração de novas soluções e de políticas inovadoras. Pretende capacitar profissionais do setor público ou privado para responder ativamente a desafios societais, nomeadamente: i) os

ligados à inovação na produção e à transformação e comercialização de produtos agroflorestais; ii) gestores, economistas, profissionais de marketing alimentar, empreendedores, legisladores e decisores dos setores agroflorestal, alimentar e da nutrição; e iii) profissionais ligados à intervenção em segurança alimentar, dietas, saúde pública e comportamentos do consumidor e interessados em gestão de riscos e em circuitos e cadeias que preservem os recursos e o ambiente. Pretende fomentar, em profissionais de carreira académica e/ou de investigação, um espírito empreendedor e empresarial e capacidade de transferência de conhecimento para a sociedade.

3. Com os objetivos propostos, alicerçados em apoiar a sociedade na resposta a desafios societais, complexos por natureza e que exigem abordagens holísticas multidisciplinares e transdisciplinares, não dispensando a exigência e a excelência do pensamento, do conhecimento e da tecnologia, o CE facilita o projeto de unificação racional de recursos da ULisboa e do Colégio F3. Para além das dinâmicas nascidas com a constituição do Colégio F3, a avaliação que se faz desta proposta conjuga outros fatores, entre os quais se destacam:

- O CE alicerça-se na investigação que decorre em Centros de Investigação de referência das Unidades Orgânicas da ULisboa e beneficia da recente existência de Redes Temáticas, oferecendo qualidade e diversidade de um corpo docente experiente, com ligação à sociedade civil e ao mundo empresarial, e com elevada internacionalização;
- O CE foca um dos mais importantes desafios societais da atualidade: alimentação e desenvolvimento sustentável;
- O alinhamento com a perceção de que o mercado de trabalho valoriza profissionais com diversas competências e pensamento inovador e holístico e o elevado potencial de procura por parte de profissionais e estudantes com diversos percursos formativos e profissionais;
- O reconhecimento, por parte do setor empresarial, de que o crescimento e a inovação beneficiam de recursos humanos qualificados e da ligação com a Universidade;
- A possibilidade do estreitamento de colaborações, estabelecimento de sinergias e racionalização de recursos entre grupos de investigação que

antes da fusão e criação da ULisboa pertenciam a universidades distintas e que se dedicam a temáticas comuns;

- A capacidade que o CE oferece para formação de líderes, empreendedores e técnicos altamente qualificados que poderão intervir ativamente na sociedade, com impacto no desenvolvimento sustentável.

4. O plano curricular assenta no diálogo entre as diferentes disciplinas das áreas das ciências naturais, sociais e das engenharias, gerado pela docência conjunta nas UC nucleares, e pela participação de docentes e investigadores que atuam em diferentes áreas do conhecimento nos vários seminários que o integram. Permite não só novas colaborações entre unidades orgânicas da ULisboa, como também a construção de pontes entre os atores com quem estas unidades se relacionam. O plano de estudos estrutura-se em torno do desenvolvimento de competências transdisciplinares de diagnóstico, análise crítica, de elaboração de soluções inovadoras, consideradas essenciais perante a natureza multidimensional, temporal e espacial dos desafios emergentes para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares e florestais. O CE proposto integra um Curso de Doutoramento (1º ano curricular) que se inicia com uma UC de introdução, designada Segurança Alimentar e Dinâmicas Globais, em que se identificam os três principais desafios emergentes para soluções de desenvolvimento, em torno dos quais se estrutura o plano de estudos. Os programas de cada UC são atravessados por seis eixos: 1. tecnologia e inovação; 2. economia, gestão e marketing; 3. práticas sociais; 4. políticas, instituições e governança; 5. ética; e 6. metodologias de diagnóstico, análise, avaliação e implementação, adequados a cada tipo de problema. Os módulos oferecidos poderão integrar e constituir UC optativas de outros planos de estudo de pós-graduação das Escolas envolvidas e outras exteriores à ULisboa. A transdisciplinaridade será garantida associando os parceiros estratégicos do Colégio na escolha e discussão dos casos de estudo. Será ainda promovida através das UC nucleares do 2º semestre, Rotação Laboratorial, Oficina ("Retreat") e Inovação & Empreendedorismo, que fomentam o contacto interpessoal, a capacidade de organização e comunicação, e a exposição a diversos ambientes de investigação e pensamento. De acordo com a estrutura do CE, os estudantes têm ainda acesso a uma elevada e diversificada oferta de UC optativas, permitindo desenhar um plano de estudos flexível e adaptado a novos desafios complexos, bem como o contacto com um corpo docente mais alargado e o acesso a diversas

infraestruturas e acervo, como laboratórios de experimentação, estações de campo, plantas piloto, protótipos, bibliotecas, coleções museológicas e tecnologias informáticas. Haverá ainda uma partilha de responsabilidades interescolar na fase de elaboração da tese (2º a 4º anos curriculares), sendo a coorientação assegurada por um mínimo de dois docentes/investigadores de escolas e áreas científicas distintas. A estrutura curricular, ainda sujeita a modificações de pormenor, encontra-se em anexo. O curso poderá funcionar em horário pós-laboral.

5. O modelo de governação é descrito num Protocolo entre as doze Escolas da ULisboa que integram o Colégio F3 e que também acompanha este documento e, consequentemente, o Ciclo de Estudos “REASOn”, já preparado pela equipa que tem estado a elaborar a proposta.
6. Deve ser sublinhado que todas estas decisões foram apenas tomadas pelos membros do Colégio F3 que estão a trabalhar na proposta, em diálogo com as respetivas Escolas e comissões científicas. Porém, elas carecem ainda de uma aprovação formal pelos órgãos competentes das instituições associadas no Colégio F3. Tal deverá acontecer com a brevidade possível, possibilitando o envio do formulário para acreditação prévia junto da A3ES para os respetivos Reitores.

Local, Data

Pelo Conselho Coordenador

(Wanda Viegas)

ANEXO

ESTRUTURA CURRICULAR (sujeita a alterações de pormenor)

1º ano/1º semestre:			
Unidades curriculares (1)	Duração	ECTS	Observações
Segurança Alimentar e Dinâmicas Globais	Semestral	3	Nuclear
Práticas Sociais, Alimentação e Saúde	Semestral	6	Nuclear
Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas	Semestral	6	Nuclear
Uso dos Recursos - Água, Solos e Energia	Semestral	6	Nuclear
Desenvolvimento Sustentável das Cadeias de Valor e Territórios	Semestral	6	Nuclear
Seminários	Semestral	3	Nuclear
1º ano/2º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Rotação Laboratorial	Semestral	6	Nuclear
Oficina ("Retreat")	Semestral	6	Nuclear
Inovação e Empreendedorismo	Semestral	6	Nuclear
Qual(is)quer do elenco de UCs de 3º ciclo das Escolas intervenientes	Semestral		Optativa(s)
2º ano/1º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	
2º ano/2º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	
3º ano/1º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	
3º ano/2º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	
4º ano/1º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	
4º ano/2º semestre:			
Unidades curriculares	Duração	ECTS	Observações
Dissertação	Anual	30	

(1) Envolvem todas as Áreas Científicas do Colégio.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA

Celebra-se o presente protocolo tendo em vista a realização conjunta de um Ciclo de Estudos conducente ao grau de Doutor “REcursos, Alimentação e SOciedade: dinâmicas e soluções (REASOn)”, entre

a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FA, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FC, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FD, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED], representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FF, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FL, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FM, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por FMV, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ICS, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por IGOT, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ISA, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por ISEG, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED],

e

o Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, de ora em diante designado por IST, com sede na [REDACTED], pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica nº [REDACTED] representada pelo seu [REDACTED]

Conjuntamente, de ora em diante, designadas por “Escolas”.

Considerando:

- Que os Colégios da Universidade de Lisboa, de ora em diante designada por “ULisboa”, são uma das formas de promover iniciativas colaborativas transversais, associando investigadores de distintas Escolas e unidades de investigação, para o desenvolvimento de áreas integradoras do conhecimento;
- Que 12 Escolas fazem parte da equipa do Colégio “Food, Farming and Forestry” (F3) da ULisboa;
- Que as atividades do Colégio F3 se desenvolvem no contexto de parcerias multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares em áreas de cooperação já

existentes e que englobam domínios científicos diversos e transversais aos desafios da alimentação, agricultura e florestas;

- Que o programa de oferta formativa e de ensino em apreço deverá ter um enquadramento institucional adequado, designadamente através da celebração dos adequados instrumentos jurídicos;
- Que o programa de oferta formativa e de ensino em apreço deverá obedecer à legislação em vigor tendo em conta as competências e atribuições dos Órgãos das Escolas que compõem o Colégio F3;
- Que a celebração do presente Protocolo, sendo imprescindível, deverá ser complementado por Regulamentos próprios e poderá ser objeto de adendas resultantes de desenvolvimentos no âmbito do programa de cooperação.

É celebrado, livremente e de boa-fé, o presente protocolo de cooperação que se rege pelos termos e condições constantes das seguintes cláusulas:

Cláusula primeira

(Objeto)

O presente protocolo tem por objetivo estabelecer bases de cooperação académica, científica e técnica na ULisboa, através das Escolas do Colégio F3 signatárias, visando prioritariamente:

- a) a cooperação na organização pedagógica e científica do Ciclo de Estudos de Doutoramento “REcursos, Alimentação e SOciedade: dinâmicas e soluções (REASOn)”;
- b) a colaboração de membros do corpo docente e de investigação das doze Escolas em ações de ensino, investigação e orientação de teses no âmbito do referido Ciclo de Estudos;
- c) o intercâmbio de informação pertinente para os objetivos estabelecidos.

Cláusula segunda

(Enquadramento legal)

As ações de cooperação a desenvolver no âmbito do Ciclo de Estudos de Doutoramento “REASOn”, acordadas entre as Escolas, regem-se pelos artigos 41.º, 42.º e 43.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008 de 25 de junho, n.º 230/2009 de 14 de setembro e n.º 115/2013 de 7 de agosto.

Cláusula terceira

(Objetivos e caracterização do Ciclo de Estudos)

1. O Ciclo de Estudos de Doutoramento tem por objetivo:
 - a) promover a formação avançada e a investigação no domínio do conhecimento em Ciências da Sustentabilidade, através da criação de competências em matéria de recursos, alimentação e sociedade, com as contribuições especializadas das várias escolas e respetivas unidades de ensino e de Investigação & Desenvolvimento;
 - b) desenvolver e aprofundar conhecimento e aptidões teóricas, analíticas e metodológicas de investigação nas áreas científicas associadas e nas suas fronteiras;
 - c) desenvolver novas áreas integradoras do conhecimento no âmbito dos recursos, alimentação e sociedade numa perspetiva transversal dos serviços dos ecossistemas, da economia, da saúde e do bem-estar social;
 - d) obter qualificações e capacidades para traduzir, disseminar e aplicar os conhecimentos e os resultados da investigação em benefício da sociedade e com impacto na resposta a desafios sociais e ambientais.
2. O Ciclo de Estudos de Doutoramento, organizado pelas doze escolas da ULisboa, beneficia da existência de infraestruturas próprias, de um corpo docente qualificado, com competências diferenciadas, maioritariamente ligado a unidades de Investigação & Desenvolvimento reconhecidas e financiadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e com equipamentos e instalações pedagógicas e científicas adequadas aos seus objetivos.

Cláusula quarta **(Coordenação)**

1. A coordenação do Ciclo de Estudos será assegurada por uma Comissão Científica constituída por doze vogais, representando cada uma das Escolas, desempenhando um deles a função de coordenador. A coordenação será exercida de forma rotativa anual, sendo assumida pela Escola de acolhimento do Curso de Doutoramento (equivalente ao 1.º ano do Ciclo de Estudos) nesse ano letivo.
2. A Comissão Científica será responsável pela execução do presente protocolo nas áreas pedagógica e científica, bem como o seu acompanhamento em matéria administrativa e financeira.
3. A Comissão Científica poderá nomear um Núcleo Executivo, composto pelo coordenador e dois membros desta Comissão, para exercer funções que lhe sejam delegadas.

Cláusula quinta

(Competências)

1. Compete à Comissão Científica, em cooperação com os órgãos de gestão competentes das Escolas:
 - a) garantir a qualidade pedagógica e científica do Ciclo de Estudos;
 - b) planear o ano letivo e organizar a distribuição do serviço docente;
 - c) propor alterações ao plano de estudos aos órgãos competentes das Escolas;
 - d) propor o montante das respetivas propinas aos órgãos institucionais competentes;
 - e) conduzir o processo de fixação e divulgação das vagas do Ciclo de Estudos, assim como os prazos e locais de apresentação das candidaturas;
 - f) pronunciar-se sobre as candidaturas, seleção, avaliações e equivalência de créditos;
 - g) avaliar o enquadramento do projeto de tese e das equipas de orientação no âmbito das atividades do REASOn e apresentar a proposta aos órgãos competentes das Escolas;
 - h) propor a constituição dos júris das provas públicas aos órgãos competentes das Escolas.
2. Compete ao Coordenador:
 - a) convocar, presidir e dirigir as reuniões da Comissão Científica;
 - b) coordenar a implementação do Ciclo de Estudos de Doutoramento, em articulação com os órgãos competentes das Escolas;
 - c) assegurar o regular funcionamento e expediente do Ciclo de Estudos.

Cláusula sexta

(Instalações e docência)

1. Em cada edição, o Ciclo de Estudos de Doutoramento terá início com o Curso de Doutoramento, em cada ano letivo, em regime de rotatividade nas instalações de uma das Escolas signatárias deste Protocolo, funcionando no primeiro ano no ISA, seguindo-se o ICS e o IGOT. Posteriormente a sucessão será definida pela Comissão Científica, mediante acordo entre as doze escolas envolvidas. Os três anos seguintes são para a elaboração de uma tese original, com supervisão de pelos menos dois orientadores de escolas e formações científicas diferentes.
2. A realização de seminários intensivos, eventos ou outras atividades pontuais associadas ao Ciclo de Estudos poderão decorrer em outras Escolas, signatárias ou não do presente protocolo, da ULisboa ou de outras Universidades nacionais ou estrangeiras, por decisão

da Comissão Científica, dentro do quadro legal em vigor e mediante acordo entre as escolas envolvidas.

3. Em cada edição do Ciclo de Estudos, o corpo docente do Curso de Doutoramento será constituído através de proposta da Comissão Científica e com a aprovação dos órgãos competentes das Escolas a que os docentes pertencem.

Cláusula sétima

(Funcionamento administrativo e financeiro)

1. Os custos associados ao pedido de acreditação prévia do Ciclo de Estudos junto da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) serão suportados pelo Colégio F3.
2. A abertura do Ciclo de Estudos de Doutoramento é condicionada a um mínimo de 10 (dez) alunos.
3. As candidaturas e matrículas deverão ser feitas na Reitoria da ULisboa ou na Escola de acolhimento do Curso de Doutoramento, que detém a coordenação no ano letivo correspondente ao 1.º ano de frequência do Ciclo de Estudos de Doutoramento.
4. As propinas referentes ao 1.º ano de frequência (Curso de Doutoramento) são pagas na Escola de acolhimento, nos termos no número anterior.
5. A partir do 2.º ano de frequência de cada edição do Ciclo de Estudos de Doutoramento, as propinas são pagas nas Escolas a que pertencem o orientador e coorientador, na proporção de 60% para a primeira e 40% para a segunda.
6. Após a conclusão com aproveitamento do Curso de Doutoramento, o estudante deverá ser inscrito na Escola do seu orientador principal.
7. Os valores da inscrição e das propinas serão estabelecidos anualmente pela Comissão Científica, dentro do quadro legal em vigor e mediante acordo entre as escolas envolvidas.
8. A totalidade das verbas das inscrições, propinas, bolsas ou subsídios do primeiro ano será repartida da seguinte forma:

- a) 20% para a Escola de acolhimento de Curso de Doutoramento, para suportar custos gerais;
 - b) 30% repartido entre as escolas envolvidas, proporcionalmente ao número de horas totais de docência direta dedicadas ao Curso de Doutoramento;
 - c) 50% para o Colégio F3 para suportar os custos de funcionamento do Curso.
9. A partir do segundo ano do Ciclo de Estudos, as receitas das propinas e os custos de formação dos estudantes pertencem às Escolas a que pertencem o orientador e o coorientador, repartidas, nos termos do n.º 5 deste artigo.
10. As despesas correntes e de investimento no Curso de Doutoramento serão suportadas pela Escola de acolhimento.
11. O apuramento da receita será realizado anualmente, no final de cada ano letivo, sendo posteriormente repartida, nos termos nos números 8 e 9 deste artigo.

Cláusula oitava

(Diplomas do Ciclo de Estudos de Doutoramento)

1. Pela conclusão, com aproveitamento, do Curso de Doutoramento, que equivale ao 1.º ano, cabe a atribuição de um diploma de estudos avançados e respetivo suplemento pela ULisboa.
2. Ao abrigo do n.º 1, alínea c) e do n.º 2, dos artigos 42.º e 43.º do Decreto-lei nº 115/2013, de 7 de agosto, o grau ou diploma de doutoramento e suplemento ao diploma será igualmente titulado através de um documento único subscrito pelos órgãos legais e estatutariamente competentes de todas as Escolas.
3. O registo da tese realiza-se na instituição a que pertence o orientador principal, sendo reconhecido como válido por todas as Escolas.
4. Todas as certidões de registo de grau serão emitidas pela Escola em que as provas de doutoramento foram requeridas e realizadas, subscritas pelo representante máximo com competência para o efeito, com menção expressa de que assim o faz também em nome dos representantes das outras Escolas que conferem o grau, inscrevendo-se no documento legal, bem como na capa da dissertação apresentada, os respetivos logótipos. Das certidões

de registo e cartas doutorais emitidas deverá ser dado conhecimento às restantes Escolas e ao coordenador da Comissão Científica.

Cláusula nona
(Cartão de aluno)

1. A emissão do cartão de aluno para o 1.º ano de frequência será efetuada pela Escola onde o aluno realizar a inscrição e matrícula.
2. A partir do 2.º ano de frequência, a emissão do cartão de aluno será efetuada pela Escola do seu orientador principal.
3. Todas as Escolas participantes comprometem-se a permitir o acesso de todos os alunos inscritos no Ciclo de Estudos às suas instalações, bibliotecas e serviços informáticos.

Cláusula décima
(Vigência e renovação)

1. O presente protocolo é válido por um período de três anos, contados da data da sua assinatura, renovando-se automaticamente por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer das partes, por escrito, com antecedência mínima de 90 dias seguidos.
2. Qualquer das partes poderá resolver o presente protocolo quando se verifique o incumprimento de alguma das suas cláusulas, mediante a comunicação, por carta registada dirigida a todas as outras partes, com antecedência mínima de 90 dias seguidos.
3. O presente protocolo será revisto obrigatoriamente no final do primeiro ano de vigência do Ciclo de Estudos de Doutoramento.
4. O presente protocolo poderá ser modificado, no todo ou em parte, ou revogado, sempre por comum acordo entre as partes e com a aprovação dos competentes órgãos institucionais.
5. A denúncia do protocolo por qualquer das partes obriga ao integral cumprimento das atividades do Ciclo de Estudos de Doutoramento “REASOn” e não implica a extinção do Protocolo ou do Curso que dele emerge, se houver acordo das restantes Escolas.

Cláusula décima primeira

(Futuras parcerias)

O Ciclo de Estudos de Doutoramento objeto do presente protocolo está aberto a futuras parcerias com outras Escolas da ULisboa, em termos a definir.

Cláusula décima segunda

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões, bem como as eventuais atualizações deste protocolo, serão resolvidas pelos órgãos institucionais competentes das Escolas. A tudo o que se achar omissso no presente protocolo, regularão as disposições aplicáveis na República Portuguesa.

Feito em treze exemplares que vão assinados pelo Professor Doutor António Cruz Serra, Reitor da Universidade de Lisboa, [REDACTED]

Lisboa, 11 de abril de 2016

[REDACTED] assinaturas